



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 11/2019, em que são recorrentes **Sebastião Augusto Bernardes Ribeiro & Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira**, e entidade recorrida o **Tribunal Judicial da Comarca do Paul**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 6/2023

I – Relatório

1. **Sebastião Augusto Bernardes Ribeiro e Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira**, com os demais sinais de identificação nos autos, tendo sido notificados do Acórdão n.º 51/2020, de 6 de novembro, que não admitiu o seu recurso de amparo n.º 11/2019, vieram arguir a nulidade desse aresto, alegando, no essencial, o seguinte:

“(…)

*V. Exias reconhecerem-se que o douto Acórdão supra violou à **máxima de que a justiça material prevalece sobre a justiça formal**, constante do novo CPC, e as normas relativas ao juízo de Admissibilidade da petição do recurso de amparo constitucional, ao não convocarem os recorrentes a aperfeiçoarem a sua peça processual com a apre, quando esteja em causa falta de preenchimento de requisitos de sua admissibilidade, e normas relativamente ao regime jurídico do Despacho de Aperfeiçoamento do mesmo, para que compravassem a interposição de recursos supra, ex vi do artigo 17º (falta, insuficiência ou obscuridade do pedido), 2. (pode, ainda, o recorrente ser convidado a juntar documentos ou outros elementos da prova que o Tribunal julgue indispensáveis para a boa decisão da causa) da Lei do Amparo, por via de apresentação das cópias de requerimentos dos recursos como a Reclamação para o Presidente do TRB que prove ter esgotado os meios de recurso ordinário (artigo 3º, nº 1, alínea a) da Lei do Recurso de*

Amparo) com os meios legais dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos recorrentes (artigo 6º da Lei do Recurso de Amparo).

Terminam o seu arrazoadado da seguinte forma:

*“Nesses termos e nos mais de direito, solicitam à V. Excias que declarem a nulidade do Acórdão n.º 51/2020 que inadmite o recurso (por alegada “falta do esgotamento das vias ordinárias de recurso exigido como pressuposto insuprível, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 3º, do artigo 6º (esgotamento dos meios legais da defesa dos direitos fundamentais) e da alínea d) do n.º 1 do artigo 16º da Lei do Amparo”), por violação de normas de processo (erro de interpretação e aplicação de normas adjetivas), ao não aplicar à máxima de que a justiça material prevalece sobre a justiça formal, no sentido de admissão do recurso, quando esteja em causa falta de preenchimento de requisitos de sua admissibilidade, e normas relativamente ao regime jurídico do Despacho de Aperfeiçoamento do mesmo, para que comprovassem a interposição de recursos supra, ex vi do Artigo 17º (**Falta, insuficiência ou obscuridade do pedido**), 2. (pode, ainda, o recorrente ser convidado a juntar documentos ou outros elementos da prova que o Tribunal julgue indispensáveis para a boa decisão da causa) da Lei do Amparo. ”*

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir.

II – Fundamentação

1. O Tribunal Constitucional sempre admitiu a possibilidade de se requerer o esclarecimento de trechos ou segmentos de suas decisões que possam eventualmente padecer de obscuridade ou ambiguidade ou arguir nulidade, desde que verificados os pressupostos legais densificados, designadamente, através dos seguintes arestos: Acórdão n.º 9/2018, de 3 de maio, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 35, 6 de junho de 2018; Acórdão n.º 24/2018, de 20 de dezembro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 88, Sup., 28 de dezembro de 2018; Acórdão n.º 05/2019, de 7 de fevereiro; Acórdão n.º 10/2019, de 14 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 14 de março de 2019; Acórdão n.º 47/2020, 29 de outubro, publicado no Boletim Oficial, n.º 3, de 12

de janeiro de 2021; Acórdão n.º 42/2021, 20 de setembro, publicado no Boletim Oficial I Série n.º 100, de 15 de outubro de 2021; Acórdão n.º 1/2022, de 26 de janeiro, e Acórdão n.º 3/2022, de 27 de janeiro, publicados no Boletim Oficial I Série n.º 21, de 22 de fevereiro de 2022.

O Acórdão n.º 9/2018, de 3 de maio, proferido no âmbito de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, considerou que *“a possibilidade aberta pela lei processual civil a um interveniente processual de requerer esclarecimento de uma decisão ou a supressão de uma omissão de pronúncia eventualmente existente não pode atrair qualquer tipo de aversão judiciária, nem muito menos ser vista como uma forma de o reclamante passar um atestado de incapacidade a um determinado órgão judicial. Longe disso, é um modo legítimo de garantir que ela produza os seus efeitos e seja, dentro dos limites do razoável, compreendida pelos seus principais interessados e pela comunidade no geral. Poderá, nesta medida, desde que utilizada de forma ponderada e com base em boas razões, permitir a clarificação da mecânica por detrás da decisão judicial e do raciocínio lógico que a ampara, devendo ser vista como contribuição positiva, e, sobretudo, garante que as questões sobre as quais o Tribunal se deve pronunciar serão efetivamente apreciadas e decididas. Num contexto em que os tribunais são chamados cada vez mais a decidir sobre as mais diversas questões, com as exigências constitucionais existentes, uma mistura que poderá naturalmente determinar que passagens de arestos não sejam tão claras quanto o desejável ou até que o Tribunal se olvide de tratar questão que se impunha abordar e julgar, não se pode ver com desfavor esse instrumento processual.”*

Mais tarde, através do Acórdão n.º 24/2018, de 20 de dezembro, esta Corte aplicou o mesmo entendimento a um recurso de amparo, tendo consignado que: as decisões do Tribunal Constitucional *“são passíveis de reclamação e podem ser objeto de pedido de declaração de nulidade”*.

2. Sendo pacífica a aceitação da figura de arguição de nulidade de decisões do Tribunal Constitucional, o passo seguinte será a verificação de pressupostos para se saber se o Tribunal Constitucional pode ou não conhecer do pedido doutamente formulado pelos requerentes.

2. 1. O Tribunal é competente e os requerentes têm legitimidade para requerer declaração de nulidade do Acórdão n.º 51/2020, de 6 de novembro.

2.2. Relativamente à arguição de nulidade do Acórdão que ponha termo ao recurso de amparo, por inadmissibilidade, o prazo encontra-se claramente fixado em vinte e quatro horas: “*O despacho de inadmissibilidade do recurso transita em julgado nas vinte e quatro horas seguintes ao da sua notificação ao recorrente e à entidade recorrida e dele não há recurso,*” conforme o disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

3. Vejamos, então, se foi respeitado o prazo estipulado naquele inciso.

Tendo sido notificados do aresto cuja nulidade arguem anulação, no dia 22 de dezembro de 2020, conforme o documento constante de fls. 60 e 61 dos presentes autos, os requerentes deixaram transcorrer 6 (seis) dias para, a 28 de dezembro de 2020, às 16:20, remeterem, através dos Correios de Cabo Verde, o requerimento de arguição de nulidade, o qual foi registada na Secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 30/12/2020, pelas 11h46min, como atesta o documento junto a fls. 67 a 72 dos autos.

Qualquer incidente pós-decisório que incida sobre um Acórdão que não admite um recurso de amparo deve ser apresentado no prazo máximo de vinte e quatro horas a contar da notificação ao recorrente, findo o qual a decisão transita em julgado e o incidente é considerado intempestivo, como no caso em apreço.

Tendo o presente requerimento de arguição de nulidade sido apresentado, na Secretaria do Tribunal Constitucional, 6 (seis) dias após a notificação dos requerentes, não se pode tomar conhecimento do mesmo, por ter sido apresentado extemporaneamente.

III – Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o pedido de arguição de nulidade do Acórdão n.º 51/2020, de 6 de novembro.

Registe, notifique e publique.

Praia, 18 de janeiro de 2023.

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 18 de janeiro de 2023.

O Secretário,

João Borges